

Débito das usinas de Angra não é saldado

O governo brasileiro entrou novamente em choque com o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), por conta do Programa Nuclear. Ao receber financiamentos das duas instituições, destinadas a Furnas Centrais Elétricas, o governo assumiu o compromisso de incluir no orçamento federal recursos para atender o serviço da dívida correspondente às usinas nucleares Angra I, II e III. Os técnicos do Ministério da Economia, entretanto, esqueceram-se de contemplar Furnas com dotação no orçamento, o que levou a empresa a solicitar uma verba, na revisão orçamentária de 1990.

Além de grande devorador de recursos, o projeto nuclear provocou um rombo de US\$ 1 bilhão 418 milhões no último balanço da empresa Furnas Centrais Elétricas, que se envolveu na construção das usinas Angra I, II e III, contando com a certeza de ressarcimento da União. Essa é uma parte ainda relativa-

mente encoberta da chamada *ciranda do calote*, um estranho mecanismo registrado pela contabilidade pública, nos diversos níveis, onde ninguém paga ninguém. Embora o Programa Nuclear seja um dos mais bem guardados segredos do governo, esses detalhes do *calote* aplicado pela União à empresa Furnas, na rubrica das usinas Angra I, II e III, afloraram através de uma nota reservada que a companhia enviou ao Ministério da Infra-Estrutura.

Enquanto a União não liquida seus débitos com Furnas, por conta do projeto nuclear, estão sendo desrespeitados dois decretos: o 86.250, de 1981, e o 91.981, de 1985. O primeiro garantiu o compromisso da União com a continuidade da construção das usinas nucleares, enquanto o segundo confirmou o direito de Furnas ser indenizada por gastos já realizados no programa nuclear, suportados por recursos próprios da companhia ou obtidos através de financiamentos.